

Apresentação: “Visões da propriedade no mundo rural e urbano”

Presentation of the dossier “Visions of property in the rural and urban world”

Prof. Dr. Pedro Parga Rodrigues

Secretaria Municipal de Educação da cidade do Rio de Janeiro (SME-RJ), Brasil

Doutor em História - Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

pedropargar@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4876-9073>

Prof. Dra. Cristiana Costa da Rocha

Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Brasil

Doutora em História - Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

cristianacrocha@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-8474-7379>

O presente dossiê, organizado por Cristiana Costa da Rocha (Universidade Estadual do Piauí) e Pedro Parga Rodrigues (Instituto Nacional de Ciência

e Tecnologia Proprietas; Núcleo de Pesquisa Propriedade e suas Múltiplas Dimensões e Secretaria Municipal de Educação), reúne artigos preocupados em tratar a propriedade como um construto social e histórico no Brasil e América Latina. Ao invés de se restringir a um recorte cronológico e/ou de campo científico, os organizadores optaram pela diversidade, como forma de representar da melhor forma possível a palheta de experiências proprietárias. Dentro dos limites dos artigos recebidos, houve também uma preocupação com publicações que abordassem diferentes territórios. Neste sentido, caminhou-se contrariamente a uma abordagem monocultural acerca das relações entre homens e bens. Tratou-se de um caminho para escapar da violência simbólica existente na sacralização da propriedade exclusiva e individual, bem como na priorização de fontes estatais e elaboradas por sujeitos dotados de capital simbólico.

Tal dossiê ganha grande relevância, em um contexto histórico de avanço da extrema direita no legislativo brasileiro, evidenciado em uma tentativa de criminalização dos movimentos sociais rurais e nas tentativas de impedir a demarcação das terras indígenas. Destacando a diversidade na palheta proprietária e as diversas formas de conflito em torno do território, esta coletânea de artigos científicos faz frente a um discurso consagrador de determinadas compreensões sobre a relação entre humanos e o território. Sendo assim, busca ressaltar a agência e a consciência histórica de diferentes sujeitos sociais, indo além dos detentores do direito de dizer sobre as normas jurídicas.

Iniciamos o debate com o artigo escrito por Ana Lunara da Silva Morais, que aborda a trama social envolvendo endividamentos e a penhora do patrimônio de senhores de engenho de Pernambuco, mais especificamente em Itamaracá, nos setecentos. A autora estuda uma época marcada pela pluralidade de fontes jurídicas e de acepções proprietárias, tendo o cuidado em escapar do perigo do anacronismo. Destacando as estratégias de preservação do patrimônio dos Guedes, uma família de senhores de engenhos, o texto revela uma das acepções e propriedade daquele momento.

Vladimir Montaña no artigo “Do Coletivismo Agrário Medieval ao Lânguido Individualismo dos Bourbons: noções ambíguas de propriedade da terra do Vice-Reino de Nova Granda”, historiciza a sacralização da noção individualista, monista e absoluta da propriedade no Vice-Reinado de Nova Granada. Revela a sobrevivência dos *fueros* e de costumes relacionados ao uso comunal da terra, fugindo de uma narrativa linear e evolucionista sobre a realidade agrária.

Em seguida, Karoline Marques Machado trata sobre o acúmulo de propriedades pela ordem secular chamada Irmandade de Nossa Senhora da Misericórdia. O artigo intitulado “Legar ao Além: uma análise das propriedades da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro”, articula o processo de apropriação de bens por esta irmandade com os imaginários da caridade e da salvação eterna. Tenta entender como esse agrupamento secular converteu-se em uma grande proprietária de terras urbanas, partindo das razões que levaram os seus seguidores a agirem economicamente, doando seus bens imóveis para ela. Longe de manifestarem um ímpeto egoísta para a acumulação, tais sujeitos doaram terras seguindo preceitos religiosos.

Abordando Itaguaí, no Rio de Janeiro, Jessica Santana de Assis Alves em “A Propriedade em Perspectiva: debates e ações em uma disputa territorial na Freguesa do Bananal de Itaguaí em 1857”, apresenta as diferentes compreensões de propriedade rural manifestadas em um conflito possessório do XIX. Partindo das teorias de autores preocupados em desnaturalizar o individualismo possessório, como Paolo Grossi e Rosa Congost, a autora desvela o conflito entre diferentes acepções dominiais.

O texto “Sonhos proféticos de André Rebouças por uma democracia rural: o encontro do ‘maior inimigo dos fazendeiros’ com as utopias cristãs de Tolstoi”, Robert Daibert Jr. considera as propostas de reforma fundiária do abolicionista brasileiro André Rebouças. Ao destacar este projeto de modernização dominial apresentado pelo defensor do fim da escravidão, escapa das

análises nas quais a origem e consolidação da propriedade dita perfeita aparece como um processo linear e acabado. Representa uma das proposições de transformação agrária das últimas décadas do Brasil Império, na qual propunha a extinção do suposto monopólio senhorial sobre a terra. Destaca a atuação intelectual de Rebouças a favor da distribuição de terras e da redução da desigualdade social.

No artigo “Fazendeiros e membros de boas famílias: análise das propriedades e da nobreza de homens da agricultura de abastecimento (Nova Friburgo – 1850-1883)”, Gabriel Almeida Frazão pluraliza o repertório de sujeitos envolvidos na produção agrícola para o mercado interno em Nova Friburgo. Destaca a importância deste setor produtivo desvalorizado na historiografia brasileira. Neste sentido, caminha no sentido de diversificar os agentes históricos que possuíam produtivamente o território rural, contrariando o suposto monopólio senhorial.

Em seguida, Agustín Juncal em “1943, un año de confrontaciones sobre la propiedad de la tierra en la política uruguaya”, trata sobre alguns embates em torno da propriedade da terra entre os partidos políticos majoritários na cena política uruguaia da primeira metade do século XX. Demonstra a existência de diferentes acepções de propriedade para ilustrar o enfrentamento do Partido Colorado com relação ao ruralismo.

Em “A Existência no Fio da Navalha: propriedade e violência em Grande Sertão: Veredas”, Vinícius Victor Barros, por sua vez, trata sobre o famoso romance Grande Sertão: Veredas” do literato João Guimarães Rosa. Através do texto literário, o autor disserta sobre a propriedade e a violência agrária no meio rural brasileiro.

Émerson Neves da Silva no artigo intitulado “História, resistências e conexões no agrário mexicano: da globalização da agricultura à formação do EZLN”, trata sobre o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), articulando com as questões agrárias do México. Partindo das transformações no campo relacionadas com o processo de globalização do capital e das ferramentas da História Global, se preocupa com a agência histórica dos setores populares e suas capacidades de utilizar saberes populares e científicos para se posicionarem nos conflitos sociais relacionados com a globalização e produzirem as ideias e as identidades coletivas zapatistas.

Samuel Hernández Vásquez também estuda o México no artigo “La Relación urbano-rural del Valle de Tesislán: configuración periurbana del área metropolitana de Guadalajara”, mas

parte de um olhar sociológico para tratar sobre a relação da agricultura do Vale do Tesistán com as tendências regionais e nacionais. Busca os motivos para a queda da importância da agricultura no seu recorte geográfico frente a outros territórios nacionais.

Maíra Santana Marinho da Cunha apresenta as críticas do cineasta brasileiro Leon Hirszman à propriedade privada e ao capitalismo no artigo “Maioria Absoluta (1964): crítica ao latifúndio pelas lentes de Leon Hirszman (1937-1987)”. Partindo do filme “Maioria Absoluta”, lançado em 1962, em um contexto ditatorial, a autora desvela a contrariedade deste diretor, produtor e roteirista ao modelo de propriedade individual.

Rosely Pacheco apresenta as demandas dos povos indígenas brasileiros Guarani e Kaiowá, bem como as noções de propriedades articuladas às suas exigências, manifestadas nas lutas deles pela permanência na terra. O artigo intitulado “Os Caminhos da Luta pela Terra: considerações sobre direitos, territórios e noções de “propriedade” demonstra com grandiosidade como as acepções de propriedade destes sujeitos históricos pensavam a terra em termos do “bem viver”, destoando das leituras de determinados civilistas. Seu artigo, contribuiu assim com a pluralização da palheta proprietária e com a percepção de relações dominiais que escapam às lentes estatísticas. Para além disso, aborda sujeitos históricos cujas vozes merecem ser ressoadas em um contexto de expansão do autoritarismo agrário no Parlamento brasileiro.

O artigo “Paragominas (Pará): visões de propriedade e conflitos agrários (1960-1975)” analisa a fundação do município de Paragominas, no estado do Pará, articulando com as visões de propriedade manifestas durante os conflitos agrários ocorridos por ocasião da ocupação desordenada deste território. Partindo de documentos do Serviço Nacional de Investigação, Thiago Broni de Mesquita ainda se debruça sobre a percepção dos agentes do governo ditatorial sobre tais embates e o domínio territorial.

O artigo “O ressurgimento do conceito tomista de propriedade como base da resposta católica à questão social” aborda como movimentos sociais rurais retomaram os ideais tomistas sobre a propriedade para reivindicar os seus direitos à terra. Neste sentido, Rhuan Reis do Nascimento demonstra como os homens pobres do campo, atuando como sujeitos de sua história, bem como as pastorais católicas associadas a tais grupos, interpretaram, através de suas experiências históricas, ideias religiosas pretéritas, em defesa de seus interesses agrários. Neste sentido, acaba por desvelar noções de propriedade importantes para o entendimento da história recente do Brasil.

Álvaro Mendes em “A Propriedade Coletiva nos Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro (década de 1980)”, estuda os movimentos sociais rurais do momento da redemocratização brasileira, na década de 1980, para perceber como os sujeitos históricos articulados neste processo de luta pela terra se apropriaram de diversas formas da noção de propriedade coletiva. Partindo de uma análise das noções de propriedades existentes nas cooperativas rurais do Rio de Janeiro, busca entender o desenrolar da história em três assentamentos rurais: Campo Alegre, Fazenda da Conquista e Sol da Manhã. Desta forma, pluraliza a palheta proprietária, desvelando as experiências históricas e formas de sujeitos atuantes nos movimentos sociais rurais lidarem com o dilema da relação entre homens e coisas.

Maria Aparecida Silva Ribeiro no artigo “O Ser Quilombola e o viver em um Quilombo” apresenta contribuições com a utilização do termo propriedades, ao invés do seu singular, uma vez que trata sobre o feminismo negro contemporâneo entre os quilombolas do Rio de Janeiro. A pesquisadora analisa os enunciados de um grupo social importante na luta pelo direito à terra no Brasil, percebendo questões identitárias femininas e antirracistas em suas colocações. Desta forma, articula de forma interseccional a questão quilombola, feminista e antirracista, manifestando marcadores importantes no enfrentamento ao novo autoritarismo à brasileira.

Do mesmo modo, Lucia Cavalieri e Thatiana Lourival em “A Política do comum em Corpos-Territórios Caiçara: uma prática, um porvir e uma afronta à propriedade privada da terra”, enriquece a ênfase na diversidade do dossiê, trazendo luz para um grupo do Estado do Rio de Janeiro que constantemente tem resistido às investidas de grileiros. Abordando os usos comuns vividos pelas comunidades caiçaras, um povo originário, demonstra como esses sujeitos históricos atuaram e atuam em defesa de seus direitos à terra, enfrentando noções de propriedade privada veiculadas por grileiros e outros sujeitos interessados em utilizar seus territórios para acumularem bens e capitais. Desvela ainda a importância ontológica e epistêmica do costume da posse.

Saira Genoveva Galindo Castro no artigo “Caminhar entre Suelo Lacustre: uma etnografia de la vida cotidiana en Santa Isabel Iztapan, Estado do México”, por sua vez, apresenta os resultados de seu trabalho de campo na cidade de Santa Isabel Iztapan. Desvela como os seus habitantes atuaram econômica, política, social e culturalmente recolhendo espécies lacustres. Partindo de um olhar etnográfico, revela um ambiente que oscilava entre o rural e o urbano, bem como as práticas dos sujeitos locais na coleta de espécies lacustres.

Concluimos a apresentação dos artigos com o texto “*Tenho casa na cidade! mas, vivo e trabalho na roça*”: vivências, trabalho e propriedade como modos de vida de agricultores na Zona da Mata Mineira” recorrem aos censos agropecuários de 2006 a 2017 para examinar a dupla moradia, no campo e na cidade, de parcela da população da Zona da Mata de Minas Gerais. Guélmer Júnior Almeida de Faria e Ana Louise de Carvalho Fiúza buscam entender a forma destes sujeitos lidarem com a propriedade e o trabalho.

O dossiê não pretende esgotar o debate sobre propriedade no mundo rural e urbano, mas reúne uma paleta significativa de artigos resultados de pesquisas que constituem contribuições originais para o universo acadêmico, de ponto de vista interdisciplinar.

Referências Bibliográficas

- CONGOST, Rosa (2007). *Tierras, leyes, historia. Estudios sobre 'la gran obra de la propiedad'*. Barcelona: Crítica.
- GROSSI, Paolo (2006). *História da propriedade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Renovar.
- MOTTA, Márcia; PARGA, Pedro (orgs) (2021). *Intelectuais e a questão agrária no Brasil*. Editora Proprietas/UFRRJ: Leiria/Seropédica.
- ROCHA, Cristiana C. (2015). Narrativas dos sentidos, desejos e imaginação sobre o direito à posse de terras. In: Marcia Milena Ferreira Galdez, Norberto Oswaldo Ferreras, Cristiana Costa da Rocha. (Org.). *Histórias Sociais do Trabalho: usos da terra, controle e resistência*. 1ed. São Luís: Editora UEMA e Café de Lápis, v. 1, p. 21-44.
- THOMPSON, Edward P (1986). *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.